



# JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região

Nº 59 • Ano 9 • Março-Abril 1989.

## Robinson Crusoe: autista ou menino-lobo?



**Sindicatos  
e  
serviços  
psicológicos**



**assistencialismo  
ou não?**

# Um ano eleitoral

1989 chegou trazendo-nos fatos novos que são bastante mobilizadores. Em nível de conjuntura nacional, teremos a eleição para Presidente da República, a instalação das Assembleias Constituintes estaduais e a elaboração das Leis Ordinárias da Nova Constituição pelo Congresso Nacional. Em nível local, no Estado de São Paulo, estarão em curso as mudanças nas administrações das Prefeituras que, no último pleito eleitoral, trouxeram surpresas político-partidárias em algumas de suas principais cidades. Estas circunstâncias conjunturais formam um quadro histórico que, sem dúvida, influenciará os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, de diferentes maneiras e níveis.

Estão marcadas também para 1989 a eleição direta das próximas Gestões nos Conselhos Regionais de Psicologia (com exceção do CRP-08 que já aconteceu no ano passado) e as eleições indiretas para o Conselho Federal de Psicologia. Essa influência conjuntural se dará no plano geral dos diversos Conselhos, mas a interferência dos acontecimentos políticos recentes será ainda mais clara e direta na eleição do CRP-06 e na implementação dos programas de ação da Gestão eleita correspondente a 1989-1991.

A próxima Gestão desenvolverá sua atuação no CRP-06 numa condição ímpar dentro da história política vigente até agora. As Prefeituras das cidades mais importantes na área de jurisdição do CRP-06 (como São Paulo, Campinas, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e outras) estarão sendo administradas pelo Partido dos Trabalhadores. Como o PT se coloca, na sua plataforma política, vinculado estruturalmente aos interesses da população de baixa renda, supomos que suas ações seguirão diretrizes voltadas às necessidades e reivindicações desse segmento social. Ao se concretizarem tais diretrizes, o Conselho poderá deixar de trabalhar em oposição à Administração Municipal como tem acontecido atualmente, por exemplo, em São Paulo. Sobretudo durante a Prefeitura de Jânio Quadros, nossa experiência de entidade foi a de ter projetos abortados e de precisar confrontar as muitas dificuldades e impedimentos colocados constantemente por essa Prefeitura.

Com a nova perspectiva, o CRP-06 terá condições de agir, ineditamente, em conjunto com a Administração Municipal. É uma circunstância histórica privilegiada que implica, porém, muita responsabili-

de da Gestão e da categoria. Será preciso criar propostas de trabalho no sentido de ocupar os espaços que começarão a se abrir.

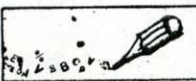
Constituído por marcas tão importantes, este momento mostra a necessidade de nos mobilizarmos para compor chapas que concorram às eleições no CRP-06. O atual grupo de Conselheiros coloca-se o compromisso de garantir na plataforma da próxima Gestão a continuidade do perfil político configurado pelas últimas Gestões, o qual foi concomitante cronologicamente com a abertura política e com o fim da ditadura militar no País.

O caráter da atuação (que se pretende continuar) diz respeito ao trabalho desenvolvido junto à categoria no sentido de se pensar a prática profissional através de debates, reflexões e discussões sobre as questões teóricas, técnicas e éticas que estão, necessariamente, assentadas numa base de posicionamento político. Essa estratégia já implementada (sobretudo na Gestão Palayra Aberta II) confirmou-nos a existência de um lugar social e institucional do Conselho. Por sua vez, comprovou-se também o interesse dos psicólogos que participaram ativamente

das atividades propostas por essa linha de ação.

Neste ano, o interesse e a mobilização dos psicólogos não estarão em pauta somente por causa do processo eleitoral em andamento. Também serão o tema do Congresso Nacional de Psicologia, com previsão de ser realizado em setembro próximo. Este Congresso não terá uma conotação de caráter teórico-técnico-ético semelhante ao I CONPSIC promovido pelo CRP-06, mas terá o objetivo de discutir as formas de organização das entidades representativas dos psicólogos.

As últimas Gestões do CRP-06 têm transformado o perfil político da entidade que cada vez mais tem deixado de ser exclusivamente burocrático (com a expedição de cartelas de identidade profissional e rescrito a sua função precípua de fiscalização) e vem procurando superar estas limitações e alargar seu âmbito de atuação. O Conselho vem se definindo como ponto de articulação entre os profissionais, tendo em vista a melhoria da qualidade dos serviços psicológicos prestados à população. Adotando e lutando por um sentido social da categoria e do Conselho, reafirmamos a intenção de dar seqüência a esse trabalho no CRP-06.



## Curtas

### Normas de pesquisa em saúde

O Ministério da Saúde publicou em junho de 1988 as novas normas brasileiras de pesquisa em saúde. O texto — que abrange também a área de Psicologia — estabelece critérios relativos aos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, às condições para execução da pesquisa nas instituições de saúde e outras regulamentações. A Resolução compõe-se de 13 Capítulos e 88 Artigos, no total. Os profissionais interessados em conhecer o documento (na íntegra) poderão procurar o CRP-06.

### Supervisão de estágios

As Comissões de Supervisão e de Delegacias do CRP-06 elaboraram um texto onde explicitam os critérios básicos referentes às condições para o Estágio Acadêmico, às condições para o Psicólogo ser Supervisor e às condições para as Supervisões de Estágio. Esse documento tem a finalidade de apresentar sugestões e suas cópias estão sendo distribuídas para as Faculdades de Psicologia, para os Supervisores e também aos alunos.

### Mulher e saúde mental

O CRP-06 em conjunto com o Conselho Estadual da Condição Feminina publicou, em 1988, o caderno "Mulher e Saúde Mental". O texto foi elaborado a partir dos Anais do Seminário sobre tema homônimo.

Os interessados na publicação devem procurar o CRP-06.

### Jornada de trabalho

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Campos reunidos em sessão ordinária, no dia 8 de novembro de 1988, aprovaram por unanimidade a inserção do artigo "Jornada de Trabalho. Quando Afeta a Saúde Mental" (publicado pelo Jornal CRP-06 nº 57 ano 8) nos anais da referida casa. Além disso, o Plenário deliberou também o envio de cópias da mesma matéria para os Sindicatos e Associações Trabalhistas do Vale do Paraíba.

O encaminhamento de tais propostas foi de autoria do Vereador Ernesto Gradella (PT) que no seu requerimento argumentou: "O mencionado artigo cumpre a importante missão de fornecer aos trabalhadores mais dados científicos a respeito das implicações da jornada de trabalho sobre a sua saúde."

### Biblioteca do CRP-06

- Encontra-se à disposição dos colegas uma cópia das transcrições das mesas-redondas e debates dos I e II Encontro Sobre Testes Psicológicos, realizados em 1986 e 87, em Porto Alegre, pelo CRP-7. Região.

- A psicóloga norte-americana Janine Radice, que leciona atualmente na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), enviou ao CRP-06 um ensaio, "Em busca de um perfil desconhecido", no qual compara uma amostra de psicólogos inscritos no CRP-02 com os do CRP-06.

— Revista *Integração* nº 2, órgão oficial do Lar Escola São Francisco, dedica-se a temas sobre deficientes físicos. Endereço: Largo do Redentor, 45, conj. 43, tel. 34-6435, São Paulo.

### Vara de Menores

A psicóloga Elisete Conte de Castilho e o juiz Paulo Hatanaka, da Vara de Menores do VIII Foro Regional, solicitam que entrem em contato com eles os profissionais que possam realizar atendimento psicológico a "clientela carente", na região do Tatuapé, em São Paulo. Maiores informações: 293-3642 (com Elisa ou Marineiva).

### Seminário Nacional de Saúde Mental

Cristina Flora Paranhos de Oliveira, Psicóloga, representou o CRP-06 no Seminário Nacional do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, realizado no período de 9 a 11 de dezembro de 1988, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O evento, que reuniu cerca de 100 participantes, se desenvolveu através da discussão de três temas: "A Deconstrução da Prática Manicomial", "A Prática dos Trabalhadores de Saúde Mental no Campo de Contradições" e "A Proposta de Construção de uma Cultura Antimanicomial".

As questões centrais durante o Seminário dizem respeito aos objetivos do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, que se constitui a partir da recusa do papel de agentes da exclusão social e da violência institucionalizada presentes no modelo e lógica ma-

nicomiais. Assim, os TSM entendem que não basta reformar os manicômios, é necessário desconstruí-los por meio da elaboração de uma nova proposta de trabalho.

Como resultado dos debates foram feitos vários encaminhamentos onde se destacam: sistematização dos trabalhos teóricos e organização de um arquivo para preservar a produção do Movimento, mobilização no sentido de se levar uma nova concepção de loucura no âmbito das discussões de legislação nas Constituintes Estaduais e em nível da proposta de reforma sanitária.

### Ordem de pagamento

Um aviso importante aos colegas inscritos que se utilizam de ordem de pagamento para quitar o valor de suas anuidades: o número da conta bancária e também a instituição recebedora do CRP-06 mudaram. Assim, quando os psicólogos forem usar esse meio de pagamento, deverão destinar suas remessas à *Caixa Econômica Federal — Agência Vila Mariana, código 1374 — operação 003 — conta nº 00288-9*. Queremos lembrar, ainda, que os profissionais deverão mencionar no documento de remessa o nome completo, o número de inscrição no CRP e a identificação do tipo de débito a que se refere a quitação. Recomendamos, por fim, que seja enviado ao Conselho uma cópia da ordem de pagamento, para que possamos atualizar os registros de tesouraria e cobrar do banco a respectiva quantia.

## EXPEDIENTE

### Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região

**Conselheiros:** Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloísa Maciel, Sonia Regina Jubelini, Yara Sayão.

**Sede — São Paulo:** Rua Borges Lagoa, nº 74, CEP 04038, telefone: (011) 549-9799.

**Delegacias — ABC (Marlene Bueno Zola):** Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar, sala 61, fone 444-4000, Santo An-

**dré. Assis (Elizabeth Gelli Yaslle):** Rua Angelo Bertoni, 545, fone (0183) 22-6224. **Bauru (Marly Bighetti Godoy):** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. **Campinas (Héllo José Gullhardi):** Rua Barrão de Jaguará, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. **Campo Grande (Irma Maccario):** Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382-4801. **Cuiabá (Marisa Raduenz):** Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322.6902. **Lorena (Maria da Glória Soares):** Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52-1644. **Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite):** Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, fone (016) 636-9021. **Santos:** Rua Paraíba, 84, fone

(0132) 39.1987. **São José do Rio Preto (Maria Alice T. Fachini):** Rua 15 de Novembro, 3171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

### JORNAL DO CRP-06

**Jornal do CRP-06** é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região.

**Comissão de Divulgação e Contato:** Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado.

**Assessor da Comissão:** Roberto Yutaka Sagawa

**Jornalista responsável:** Sueli A. Zola (MTb 14.824)

**Diagramação:** Ribamar de Castro

**Revisão:** Maria Aparecida F. M. Busolotti

**Ilustrações:** Rui Montenegro  
**Redação:** Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799, em São Paulo.

**Composição, fotolito e impressão:** Jorruês Companhia Editora, fone 815-4999. **Tiragem:** 28.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

# Os sindicatos devem oferecer atendimento psicológico?

## NÃO

Em relação à questão colocada, Regina Heloisa Maciel argumenta: "O atendimento ambulatorial — seja ele médico, psicológico ou odontológico — não deve ser prestado pelo Sindicato, porque não é sua função oferecer assistência, exceto na área jurídico-trabalhista. A meu ver, as entidades representativas das categorias têm o papel de lutar por melhores salários, garantia de emprego, condições adequadas de trabalho e outras reivindicações sociais mais amplas. Ademais, há outro aspecto: os trabalhadores são descontados nos seus salários para terem direito aos serviços de saúde; por isso, a resposta a tais necessidades cabe ao Estado, que já é pago para cumprir essa responsabilidade.

Agora, se o sistema de atendimento do Governo não funciona bem, daí sim, a força política sindical precisa intervir no sentido de exigir serviços eficientes e de boa qualidade. É a pressão exercida pelos trabalhadores organizados que poderá instaurar as devidas melhorias no setor. A criação de meios de assistência paralelos (dentro dos sindicatos) me parece ser apenas um escamoteamento das circunstâncias reais em que se encontra a rede de saúde pública e, nessa medida, é uma forma de perpetuar a situação.

O caráter assistencialista faz parte de uma visão muito predominante na história sindical brasileira. E, por ser tão arraigada, essa perspectiva precisa ser constantemente questionada. Não quero dizer com isso que os Sindicatos não devam atuar em relação à questão da saúde. Eles devem agir sim, porém, suas ações estarão circunscritas no âmbito específico da saúde relacionada ao trabalho.

Nestes termos, julgo ser indispensável a proposta dos Sindicatos organizarem comissões interdisciplinares (compostas por psicólogos, médicos, psiquiatras etc.) para cuidar da saúde do trabalhador. Isto na prática significa que esses grupos fariam pesquisa acerca das condições ambientais e das relações de trabalho, com o objetivo de constatar e evitar o surgimento das doenças de natureza ocupacional. Quando a entidade não tiver recursos para estruturar comissões próprias, a mesma ação poderá ser realizada em conjunto com o DIESAT — Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde em Ambientes de Trabalho.

Existem, hoje, algumas entidades atuando nessa linha. O Sindicato dos Metroviários de São Paulo, por exemplo, incluiu no seu acordo coletivo, em 1985, a realização de uma pesquisa para avaliar as condições

de trabalho dos operadores de trens do Metrô. Outro caso a ser citado é o do Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados. A entidade conseguiu, a partir de estudos, mostrar que a tenosinovite (inflamação no tendão das mãos, comum entre os trabalhadores dessa área) era resultante do ritmo intenso de trabalho. Por consequência, a Previdência Social reconheceu a doença como ocupacional. Além disso, a categoria conquistou, a partir de 1984, uma redução de jornada. Atualmente, eles estão lutando para obterem (em negociação coletiva) o aumento das pausas de descanso dentro de cada jornada diária. Os dois exemplos, na minha opinião,

ilustram qual é a instância em que os Sindicatos devem atuar em prol da saúde dos seus associados."

Agência Estado Rolando de Freitas



de trabalho dos operadores de trens do Metrô. Outro caso a ser citado é o do Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados. A entidade conseguiu, a partir de estudos, mostrar que a tenosinovite (inflamação no tendão das mãos, comum entre os trabalhadores dessa área) era resultante do ritmo intenso de trabalho. Por consequência, a Previdência Social reconheceu a doença como ocupacional. Além disso, a categoria conquistou, a partir de 1984, uma redução de jornada. Atualmente, eles estão lutando para obterem (em negociação coletiva) o aumento das pausas de descanso dentro de cada jornada diária. Os dois exemplos, na minha opinião,

ilustram qual é a instância em que os Sindicatos devem atuar em prol da saúde dos seus associados."

## SIM

Marina Soares Rodrigues reconhece que é dever do Estado atender aos cidadãos nas suas necessidades de saúde. No entanto, ela considera também que "os órgãos governamentais, historicamente no Brasil, nem cumprem as suas responsabili-

dades mais básicas. E, por decorrência, não oferecem vários tipos de atendimentos prioritários à população; ou ainda, mesmo quando prestam serviços (como o médico e escolar), o nível da qualidade é sempre o pior possível.

Então, diante de tal realidade me parece ser muito viável a proposta dos Sindicatos de se organizarem no sentido de proporcionar aos trabalhadores não só a assistência médica e psicológica, como também a relativa ao lazer, educação, cultura etc. Se a sociedade civil não se articula para resolver os seus problemas, quem vai fazê-lo? Na minha opinião, não dá para esperar passivamente pelas soluções do Estado (estas provavelmente nunca virão). E, depois não vejo por que as entidades sindicais devam se negar a ocupar esse papel.

O motivo ideológico que, em geral, se contrapõe a essa alternativa diz respeito ao atrito entre assistencialismo e mobilização. Todavia, a meu ver, essa é uma falsa questão. O fato da instituição sindical responder pelas necessidades dos seus associados não implica desmobilização. Pelo contrário, quanto mais serviços oferecer, mais forte será o Sindicato, pois maiores possibilidades terá de despertar as discussões e participações junto aos trabalhadores.

O conceito de politização que fundamenta minha postura difere da visão tradicional predominante. Tenho razões para duvidar dos Partidos Políticos e das ações partidárias institucionalizadas. Acredito muito mais na possibilidade dos cidadãos estruturarem (através dos seus próprios recursos) meios eficientes para preencher suas necessidades. No fundo, seria como criar um governo autônomo e paralelo.

Nesta perspectiva, o Sindicato tem a importante função de ser espaço para a atuação dos Psicólogos, Médicos, Artistas, Professores, etc. Além de oferecer prestação de serviços, esses profissionais poderiam realizar pesquisas, a partir do contato com a população; e o resultado dos estudos retornaria tanto para os dirigentes sindicais, como para os trabalhadores (cada qual com uma linguagem própria).

Por fim, cabe fazer, contudo, uma ressalva (nesta proposta) que diz respeito ao tipo de vínculo entre os profissionais e a entidade sindical. No caso específico do Psicólogo, é imprescindível que ele não seja empregado, ou seja, que tenha autonomia de trabalho e nenhum compromisso com os interesses particulares do Sindicato. Esse cuidado tem o sentido de salvaguardar a relação entre o psicoterapeuta e o cliente de qualquer interferência institucional. Em outras palavras, é preciso evitar que o Psicólogo ocupe o lugar de *Representante Sindical* e o paciente a posição de *Associado*, pois se o modelo for assim, corre-se o sério risco de se perder os objetivos do tratamento clínico".

# PSICOPEDAGOGIA, O COGNITIVO E A LÓGICA

**“A Psicopedagogia é um meio-termo entre Psicologia e Pedagogia ou tem uma especificidade enquanto disciplina autônoma?”**

**Lino de Macedo** — No dicionário Aurélio, a Psicopedagogia é definida como aplicações da Psicologia Experimental ao campo da Pedagogia. Ela não se confunde com um trabalho de natureza puramente pedagógica e nem puramente psicológica. Diria que cobre uma área própria e específica. Ela intervém no sentido de restaurar a defasagem ou aprofundar as condições que possibilitam o conhecimento. Nesse sentido, o psicopedagogo está sempre comprometido com três fatores: a família, os conteúdos escolares e a questão psicológica. Não é por acaso que o psicopedagogo se dedica a tratar crianças que têm problemas de aprendizagem escolar, dificuldades de acompanhar o programa escolar etc.

Também há outros modos de trabalhar com a Psicopedagogia. Por exemplo, a Psicopedagogia institucional está preocupada com a escola como um todo. Um outro modo é o mais voltado para a atuação dos professores. Enfim, o objeto da Psicopedagogia varia conforme os diferentes interesses do profissional.

O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO É QUASE INESGOTÁVEL

**“Como existem inúmeras formas de abordar a Psicopedagogia, defini-la, em particular, qual é o seu modo de atuar.”**

**Lino de Macedo** — Estou preocupado com o recuperar a defasagem ou dificuldade de aprendizagem escolar, mas não estou preocupado com os conteúdos escolares (se a criança vai ser aprovada ou reprovada, se vai mal em matemática ou geografia etc.), até onde isso é possível. Por isso, se a criança está estudando tal assunto na escola, não me preocupo em acompanhá-la no mesmo assunto. Ao invés disso, recorro a outros conteúdos como, por exemplo, jogos ou situações concretas que não correspondem necessariamente ao programa escolar. Através destes recursos, procuro verificar junto com a criança como ela está articulando seu raciocínio, em termos de lógica de relações, de coerência, de contradição etc. Qualquer que seja o conteúdo escolar, a aprendizagem supõe uma capacidade de estruturar questões, de relacionar partes com o todo, de interpretar o sentido, de decidir qual é a melhor sequência das ações etc. Em poucas palavras, adoto uma visão cognitiva da Psicopedagogia.

**“Geralmente, as crianças que chegam ao psicopedagogo não estão adequadas à sua fase de desenvolvimento cognitivo?”**

**Lino de Macedo** — Na maioria das vezes, não estão. Mesmo que as dificuldades de aprendizagem escolar da criança sejam ditadas por outras razões como estrutura e funcionamento da escola, ou de sua própria família, problemas de ordem familiar etc., o resultado é, muitas vezes, um atraso no seu desenvolvimento cognitivo. O nosso trabalho consiste em recuperar este atraso e aprofundar a análise daquilo que poderia ajudá-la a superá-lo. Nestes termos, a concepção de fases de desenvolvimento de Piaget dá-nos uma direção. Qualquer que seja o nível (sensório-motor, pré-operatório ou operatório) ou idade da criança, nossa meta é convergi-la para aquilo que Piaget caracteriza como pensar hipotético-dedutivo. Assim, partimos do nível em que a criança está sendo capaz de fazer, raciocinar e simbolizar, visando direcioná-la para aquele último (operatório-formal), até onde isso for possível e necessário nas perspectivas dela e de nosso trabalho.

Mas mesmo que seja uma criança normal, em termos de fase de desenvolvimento cognitivo e de grau de escolaridade, sempre é possível fazer algo a mais que beneficie esta criança. O processo de desenvolvimento está sempre aberto para a possibilidade de aprofundamento e de novas aberturas. Em esporte, quanto mais perfeito é o atleta, mais avanços dá para fazer com ele. O processo de desenvolvimento tem sempre essa riqueza praticamente inesgotável.

QUANDO E COMO É INEVITÁVEL INTERVIR OU NÃO?

**“Como lidar com as crianças que apresentam dificuldades tanto afetivas quanto cognitivas?”**

**Lino de Macedo** — Se é difícil lidar somente com o cognitivo, quanto mais com o afetivo e o cognitivo conjuntamente. Há profissionais que intervêm simultaneamente nesses dois aspectos. Primeiro intervêm no afetivo que prejudica ou impede a aprendizagem e depois passam a trabalhar com o cognitivo. Eles batem nas duas teclas. Prefiro bater em apenas uma e ver a repercussão que tem na outra.

Apesar de escolher lidar somente com um aspecto, o outro interfere inevitavelmente. Trabalho, no Laboratório de Psicopedagogia do IPUSP, com jogos e situações-problema, atendendo a crianças de 1ª a 8ª série do 1º grau. No entanto, nem sempre elas os aceitam imediatamente. Assim, repete-se na situação de atendimento o comportamento delas na sala de aula. Nesse caso, o psicopedagogo não vira um psicanalista, mas ele deve suportar estes momentos. Até onde é possível, prefiro não interferir com interpretações como faria um psicoterapeuta. O lúdico do jogo e o prazer do inventar e descobrir relações se imporão pouco a pouco. Apesar disso, reconheço que nem sempre dá para ficar sem intervir.

Vou dar um exemplo em que não dá para deixar de intervir. Se estou jogando damas e vejo que a criança está competindo comigo e encarando o jogo mais para o lado da competição ou da inveja, interiro mais na atitude dela, procurando mostrar que não estou jogando damas para ganhar a partida dela. Proponho-me a acompanhar e verificar afetivamente a importância que ela dá para mim como psicopedagogo, mas o afetivo não é o assunto do atendimento.

Enfim, o problema de lidar com a criança com dificuldade tanto afetiva quanto cognitiva coloca-se assim: como transformar a recusa da criança em um problema de raciocínio? Uma vez que qualquer atividade pode ser problematizada cognitivamente, então posso fazer uma análise lógica das ações e das operações da criança conforme o que ela quer fazer. Quer ficar pulando para cima? Se quer isso, então convido a criança para analisar esta atividade. A partir desta análise, verifica-se o que prejudica ou favorece o pensamento em um contexto de aprendizagem e de desenvolvimento de raciocínio.

**“Ao privilegiar o aspecto cognitivo, não se supõe que, melhorando esse aspecto, também vai melhorar o afetivo?”**

**Lino de Macedo** — Exatamente. O ludoterapeuta no consultório se pauta pelo afetivo e, às vezes, consegue milagres no desempenho escolar da criança. Pretendo alcançar uma meta aproximada dessa. E tenho tido alguns retornos nessa linha. Há alguns dias, ouvi o depoimento de uma mãe, cujo filho foi atendido por mim. Na primeira entrevista, ela estava superansiosa, preocupada e até chorou. Seis meses depois, ela solicitou outra entrevista comigo e estava supercontente. Disse que seu filho está com muito menos ciúmes da irmã, está mais tagarela e até usou esta expressão: “ele está mais gozador”. Ela descreveu que o filho fez algumas montagens de objetos dentro do armário do banheiro e, quando alguém vai abrir a porta, cai um monte de objetos. Para mim, a pessoa precisa, em primeiro lugar, ser inteligente para fazer uma armadilha dessas. Em segundo lugar, tem algo de relaxamento, de um certo humor. E a mãe também disse que o filho ficou mais autônomo para fazer a lição de casa. Ou seja, o que me impressionou é que a mãe deu informações numa linha mais afetiva do que cognitiva, embora meu trabalho tenha sido predominantemente cognitivo.

AS MODALIDADES DE COMPREENSÃO DO REAL

**“Quais são as atividades do Laboratório de Psicopedagogia?”**

**Lino de Macedo** — Temos 3 ordens de problema. A primeira são pesquisas de

**O que é raciocinar? Como se produz a apreensão do desenvolvimento cognitivo?**

Estas indagações foram abordadas pela Psicopedagogia, sobretudo, às questões de déficit de alunos com dificuldades de aprendizagem, sobretudo preocupada com esta demanda mais irremediável de “alunos-problema”, a Psicopedagogia desenvolvendo um horizonte de novas questões à constatação de que, na maioria das vezes, necessariamente conscientes dos instrumentos de conteúdo do pensamento ou à construção do pensamento. Quando surge a necessidade de torná-los conscientes dos motivos, descobre-se simultaneamente que os processos mentais traduzem-se na capacidade (quase inesgotáveis) do pensamento.

Estas e outras constatações dos estudos e da prática da Psicopedagogia são feitas por Lino de Macedo, coordenador de Psicopedagogia e professor do Instituto de



# A, O INCONSCIENTE LÓGICA DAS AÇÕES

se produz a aprendizagem? Qual é o limite vivo?

Ordadas pela Psicopedagogia no Brasil para questões de déficit ou defasagem cognitiva de aprendizagem ou fracasso escolar. Em demanda mais imediata e socialmente relevante, a Psicopedagogia também vem abrindo frente de novas questões. Uma delas refere-se maiorias das vezes, os sujeitos não estão usando instrumentos pelos quais chegaram ao fim ou à construção de suas ações mentais. É de torná-los conscientes, por diferentes mecanismos que esta conscientização dos sujeitos e na capacidade de multiplicar os recursos de pensamento.

dos estudos e das pesquisas de Psicopedagogia de Lino de Macedo, coordenador do Laboratório de Psicologia do Instituto de Psicologia da USP.

Agência Estado Clovis Chanch Sobrinho



natureza teórica para verificar se, ao enfatizar a construção dos possíveis e necessários através de jogos, facilita-se e promove-se o desenvolvimento cognitivo da criança.

O que são os possíveis? Tanto a ação quanto o pensamento para se realizarem dependem de possibilidades que são diferenciações de respostas ou os diferentes modos de a criança fazer a mesma ação. Por exemplo, quando a criança está jogando damas, as possibilidades são as diferentes alternativas que tem para mexer as pedras e capturar as pedras do adversário.

Se a possibilidade é o que dá abertura ao sistema, a necessidade dá o fechamento. Por exemplo, quando a criança engatinha, a necessidade é o que a obriga (não no sentido moral, mas no sentido lógico) a alternar braços e pernas. No jogo de damas, se você quiser ganhar a partida, ainda que tenha muitas alternativas, existem algumas melhores do que outras no sentido de não contradizerem seu desejo ou objetivo de ganhar.

Para Piaget, a construção dos possíveis e necessários são duas modalidades de compreensão do real e desembocam na operação que é uma capacidade superior de compreensão.

As outras duas vertentes do Laboratório são: 1) a relação da psicopedagogia com os conteúdos escolares. Como se articula o trabalho de Psicopedagogia com o de a criança aprender matemática, português, geografia etc. e seu melhor desempenho?; 2) Um outro tema é o das relações entre cognição e afeto. Qual é o lugar do afeto ou do desejo na cognição, no pensamento e na aprendizagem? Esse é um problema que se apresenta de muitos modos. Piaget acredita (ver "O inconsciente afetivo e o inconsciente cognitivo") e eu também acredito que existe o inconsciente cognitivo. Estudar a teoria da psicanálise é poder me instrumentalizar e me basear nela para poder explicitar os problemas que uma teoria dos processos inconscientes coloca para uma teoria da tomada de consciência.

**“Existe uma convicção corrente de que o pensamento é um processo totalmente controlado pela consciência. Qual é a sua opinião a respeito desta convicção?”**

**Lino de Macedo** — Do ponto de vista afetivo, há uma aceitação mais ou menos consensual de que há todo um processo inconsciente que subjaz aquilo que a pessoa faz ou sente e a esse sentido não temos acesso diretamente. Somente através de sonhos, de lapsos etc. é que podemos recuperar esse sentido inconsciente. Numa perspectiva psicopedagógica baseada em Piaget, diria que podemos reivindicar para o plano do processo cognitivo uma situação exatamente igual ao do afetivo. As estruturas ou operações mentais (inclusive as ações motoras enquanto estrutura) são também inconscientes e estão encarnadas nas ações ou nas operações. A pessoa tem consciência daquilo que quis fazer ou do resultado

da ação, mas tem uma consciência parcial ou não tem consciência no que diz respeito aos processos mentais. Os meios que utilizamos para pensar ou para agir são inconscientes no sentido de estarem encarnados nas ações ou nas operações.

*O adolescente, o cientista e o criador de rosas*

**“Dê exemplos que explicitem esse inconsciente cognitivo.”**

**Lino de Macedo** — Como diz Piaget, até na adolescência inclusive, fazemos um uso instrumental das ações e do pensamento. Um adolescente usa o pensamento para refletir sobre o que quiser: matemática, invenções, devaneios etc. Ele usa o pensamento formal no sentido instrumental e graças ao qual pode deduzir, trabalhar com hipóteses e com operações complicadas. Ora, nós temos consciência do conteúdo sobre os quais pensamos, mas não temos consciência dos instrumentos utilizados para, digamos assim, materializar esses conteúdos. Isso acontece mesmo no nível operatório-formal.

Um cientista sabe dizer qual é a técnica que utiliza para produzir determinado conhecimento, como manipula uma metodologia, que teoria utiliza para explicar determinado fenômeno, mas ele não sabe quais são as *demarches* do seu pensamento ou quais são as ligações do processo de pensamento que faz para inventar as leis complexas. Ele deveria ser capaz de se voltar para seu próprio pensamento que o instrumentaliza para pensar o que ele faz e pensa. Ele deveria aprender a identificar essas operações, dar nome para elas e criar um sistema complexo onde essas operações se relacionariam entre si.

**“Qual é a vantagem de se tomar consciência dos processos cognitivos para o sujeito?”**

**Lino de Macedo** — A primeira vantagem é que passa de uma situação de escravo para a de senhor. Mesmo que o escravo seja eficiente, permanece sendo escravo. Ou seja, quando toma consciência de um processo, não fica mais à mercê dele.

Uma razão prática, muitas vezes alegada como suficiente, é que, se o pensamento está funcionando bem, tudo bem; ou melhor, essa não-consciência dos instrumentos não constitui um problema. Se funciona mal, já se constitui em um problema e precisa encontrar uma forma de poder superar essas dificuldades.

Ainda que, do ponto de vista prático, esta seja uma boa razão, Piaget diz que há uma razão maior do que essa. Ele lembra o caso de uma pessoa que cultivava rosas. Ele não tem problemas no cultivo e é bem-sucedido no ramo. No entanto, faz pesquisas, quer inventar cada vez mais rosas diferentes, com combinações diferentes etc. Nesse caso, o tomar consciência serve para sair de uma relação

com o fenômeno no puro nível da aparência. Toda vez que, por alguma razão, é preciso aprofundar-se na razão de ser do fenômeno, o processo de tomada de consciência torna-se inevitável, seja por uma razão negativa (não está funcionando, está impedindo o desenrolar da ação etc.) ou por uma razão positiva (pela pesquisa, pelo aprofundamento etc.).

Por que tomar consciência implica aprofundar? Porque a relação inconsciente é uma relação que escapa ao nível do sujeito. Ainda que, muitas vezes, o domínio inconsciente seja suficiente instrumentalmente para o desenvolver da ação, enquanto aprofundamento não é mais. Isso obriga o sujeito a descentralizar, a sair da condição de usuário para o de alguém que se aproxima enquanto agente ativo. Tomar consciência é poder estabelecer também um diálogo consigo mesmo.

*As finalidades da conscientização*

**“Tornar consciente o processo de pensamento potencializa os efeitos do próprio pensamento. É como se abrisse uma zona infinita.”**

**Lino de Macedo** — Assim como Freud acha que o inconsciente é riquíssimo nos seus poderes, nas suas possibilidades e nos seus sentidos, Piaget reivindica a mesma coisa para a consciência. Ou seja, a consciência não tem somente a função de iluminar sem nada acrescentar. Além de esclarecer, multiplica as suas possibilidades e abre todo um conjunto de possibilidades. Então, tomar consciência implica também enriquecer. Não é à toa que a tomada de consciência política altera de fato as relações da pessoa com o mundo. Ela transforma porque cria toda uma nova série de demandas. Nesse sentido, o tomar consciência para Piaget não é um simples falar sobre o processo de pensamento, mas tem um poder transformador no sentido de criar novos problemas, de explicitar contradições que antes não existiam e que alteram a relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo.

**“Há algum projeto de trabalho com previsão de ser iniciado em 1989?”**

**Lino de Macedo** — Estou pensando em fazer uma pesquisa junto com os meus alunos do Instituto de Psicologia, abordando as escolas de 1º grau da rede pública e privada. Esta pesquisa vai tratar da questão do encaminhamento: por que ludoterapia ou psicopedagogia? Pretendemos fazer entrevistas com orientadores educacionais, psicólogos etc. para saber quais são os critérios usados para encaminhar as crianças que apresentam problemas de aprendizagem. Com estas questões, seria possível saber por quais meios e agentes eles pensam abordar a questão das dificuldades de aprendizagem escolar.

# Os abusos da publicidade profissional

"Liberte-se do medo, da insegurança, timidez, nervosismo, fobia ou fracasso! Através do autoconhecimento, crescimento e harmonização interior por: hipnose, terapia de vidas passadas, regressão, relaxamento, orientação e percepção dos distúrbios sexuais."

O texto supracitado é a transcrição de um anúncio utilizado por um psicólogo com a finalidade de divulgar suas atividades clínicas. O teor e os termos da propaganda são tão claramente inadequados que ela foi colocada aqui justamente para ilustrar os problemas surgidos, com certa frequência, em relação à publicidade profissional.

As irregularidades contidas no exemplo acima, tais como: previsão taxativa de resultados (liberte-se do medo...), proposição de atividades relativas às técnicas psicológicas não comprovadamente científicas (terapia das vidas passadas, regressão...), uso de tom sensacionalista e apelativo na mensagem ocorrem também em outras propagandas individuais de vários psicólogos. A diferença se refere apenas ao veículo de comunicação: o anúncio mencionado foi afixado num mural de faculdade, enquanto a maioria da publicidade deste gênero é publicada na imprensa escrita, principalmente nos Jornais de Bairro, cuja distribuição é gratuita.

Assim, atingindo um número significativo de leitores, essas propagandas confundem a opinião pública ao denominar de serviços psicológicos os recursos não reconhecidos como tais e, o que é pior, se aproveitam da desinformação da população ao anunciar atrativos, obviamente falsos, como promessa de cura.

Então, preocupado com a distorção da imagem da Psicologia e também com os prejuízos que isso pode causar tanto para a categoria quanto para os usuários, o Conselho —



R. Mendonça

através da Comissão de Orientação e Fiscalização — reuniu, em 22 de setembro de 1988, os psicólogos que vinham cometendo equívocos nas suas propagandas. Regina Heloisa Maciel, Conselheira membro da COF, explica: "Embora o CRP tenha poder punitivo sobre esses profissionais, a convocação dessa reunião teve um caráter preventivo, com o objetivo de orientá-los acerca dos critérios prescritos no Código de Ética da profissão, bem como na Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 004/86, referentes à publicidade profissional."

A atitude do Conselho, tomada no sentido de normatizar a situação, não significou, em absoluto, uma posição contrária à divulgação das atividades dos profissionais. É claro que se considera como ideal a hipótese da Psicologia prescindir da publicidade à medida que os seus usuários tivessem livre acesso ao serviço. No entanto, a realidade é exatamente inversa: a oferta de atendimento se concentra em consultórios particulares, enquanto a maioria da po-

pulação não conhece direito esse curso de atendimento e nem tem condições financeiras de sustentá-lo. "A demanda é pequena e a concorrência acirrada, porém, nas tentativas de promoção do seu trabalho, o psicólogo deverá respeitar sempre os parâmetros da fidedignidade, honestidade e seriedade", afirma Sylvania Helena Terra, Assessora Jurídica do CRP-06.

A defesa desses princípios está, inclusive, em consonância com a visão que os especialistas da publicidade têm acerca da questão. Roberto Dualibi, proprietário da Agência DPZ, concorda com a postura do Conselho e acrescenta: "A omissão da verdade, a mentira e o exagero são inadmissíveis em qualquer anúncio, seja ele veiculado na televisão, jornais, outdoor, cartazes ou outro meio."

Para evitar a ocorrência desse tipo de abuso, os publicitários, ao lado dos anunciantes e representantes de veículos de comunicação, criaram o Conselho Nacional de Auto-

regulamentação Publicitária-CONAR. O órgão age sobre os casos em que as mensagens da propaganda veiculada contrariem as normas adotadas no Código de Ética do setor. O anúncio considerado irregular é julgado pelos membros do CONAR e, se condenado, sua veiculação será imediatamente suspensa.

As regras estabelecidas pelo setor dos anúncios da área de saúde, em geral, se assemelham bastante à regulamentação específica definida para os psicólogos. A concordância na orientação sobre o assunto se verifica de forma mais clara no seguinte "parágrafo único" contido no Código do CONAR: "Recomenda-se que a propaganda desse gênero de produto ou serviço deva ter um teor educativo-informativo do que persuasivo."

A necessidade de informar a população sobre o que são os serviços de Psicologia é reconhecida pela atual gestão do Conselho como uma das suas metas prioritárias. Nos últimos anos, a entidade empreendeu algumas ações neste sentido e, para 1989, seu programa orçamentário prevê a realização de uma campanha publicitária de nível nacional, em conjunto com os outros CRPs e Conselho Federal.

Evidentemente, essa proposta de divulgar a profissão ultrapassa muito os limites da publicidade individual. O objetivo do projeto é, a priori, fazer com que os usuários conheçam o recurso e, a partir daí, possam exigir maior oferta e qualidade desse atendimento nos órgãos públicos. Todavia, mesmo tendo uma perspectiva mais ampla, as ações de divulgação acabam por abrir novas oportunidades de trabalho para os profissionais e também fornecem instrumentos para a opinião pública se proteger contra os artificios das propagandas enganosas.



## Agenda

16.11.88 — A Conselheira Bronia Liebesny proferiu palestra sobre ética em seleção de recursos humanos na AAPSA — Associação de Administração de Pessoal de Santo Amaro, em São Paulo.

2.12.88 — A Conselheira-tesoureira Nanci Bühner participou da reunião da comissão organizadora do Encontro de Entidades Representativas dos Psicólogos, na Sede do CRP-06.

10.12.88 — A Conselheira-presidente Marlene Guirado participou do Encontro Estadual de Psicólogos do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

9 a 11.12.88 — A Psicóloga Cristina Flora Paranhos de Oliveira participou do Seminário do Movimento Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

## CURSOS MARÇO/89

Ludoterapia: O Processo Psicodiagnóstico Infantil; Orientação Vocacional e Encontro de Vivência e Reflexão Psicoterápica. Informações: R. Botucatu, 17, São Paulo, tel. (011) 570-5933, após as 14hs.

## NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM PSICOTERAPIA BREVE

Curso de Psicoterapia Breve de Adultos e Curso de Psicoterapia Breve de Crianças. Nível de extensão, duração de 1 ano. Informações: tels. (011) 275-7125 e 277-2191.

## PSICOLOGIA

CAIXA DE LUDO COMPLETA — CAIXA DE AREIA — OUTROS ITENS SOBRE CONSULTA. ENTREGAMOS NO LOCAL. TEL. (011) 61-4549.

## Psicanálise — Grupo de Estudos

Compreensão da atitude e do pensamento psicanalítico através de textos de Freud.

Informações: (011) 65-5450 com Cristiana Pradel ou Ivone M. Carvalho e Sá

INEF-Instituto de Estudos e Orientação da Família está com inscrições abertas para o CURSO DE FORMAÇÃO DE PSICOTERAPÊUTAS, base Psicanalítica, a se iniciar em março. Informações: Rua Traipu, 66, Perdizes, São Paulo, Fone (011) 67-8688.

## CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

DIREÇÃO: Ernesto Duvidovich Walkiria D.P. Zanoni  
CURSO DE 3 ANOS DE DURAÇÃO, COM INÍCIO EM MARÇO 89  
Aulas teóricas, atendimento de pacientes, supervisões, grupos operativos e reuniões de reflexão clínica. Rua Cardoso de Almeida, 2277, tel. 263.4997 e 864.2330, em São Paulo.

## IPPA INSTITUTO PIERON DE PSICOLOGIA APLICADA

## Técnicas Básicas de Relaxamento

### OBJETIVO

Ampliar a formação profissional dos alunos, através da reflexão teórica, vivência e aplicação das técnicas básicas de relaxamento.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Conhecer os pressupostos básicos do trabalho com o corpo  
— Comparar a visão do corpo doente no Ocidente e no Oriente  
— Proporcionar uma noção geral do corpo e seus mecanismos de funcionamento  
— Conscientizar sobre as áreas de utilização destas técnicas  
— Vivência das técnicas para efetiva compreensão das mesmas.

### CONTEÚDO:

1. O CORPO: saúde x doença  
a) a abordagem mecanicista (Ocidental)  
b) a abordagem energética (Ocidental e Oriental)  
2. A LINGUAGEM CORPORAL:  
a) o primórdio da psicologia e o trabalho de corpo  
b) os anéis corporais de Reich  
c) noções básicas de simbolismo corporal

OBS: Por erro gráfico este curso não entrou em nossa programação normal.

### 3. NOÇÕES GERAIS DE ANATOMIA E FISIOLÓGIA

a) Sistema nervoso autônomo e central  
b) sistema esquelético  
c) sistema muscular  
d) ligações dos vários sistemas com dinamismos profundos da personalidade

### 4. RELAXAMENTO COMO RECONDICIONADOR FISIOPSIQUICO

a) áreas de aplicação  
b) o contexto psicoterapêutico  
c) orientações gerais básicas para a prática

### 5. RELAXAMENTO PROGRESSIVO DE JACOBSON

técnicas / técnica de Jacobson / exercícios

### 6. TREINAMENTO AUTÓGENO DE SCHULTZ

### 7. MÉTODO DE MICHAX

### 8. CALATONIA DE PETHO SANDOR

Duração: 1 semestre (30 horas)

Horário: quintas-feiras das 20:00 às 22:00 h

Docente: Eliane Vieira CRP 06/1421/

Taxa de participação: Matrícula: 4 OTN's mais 4 mens. iguais.

Para maiores informações fale conosco.

Fones: 549-6064 — 571-0835

Av. Conselheiro Rodrigues Alves 563-Vila Mariana a 500 m Metrô Ana Rosa

# A solidão e a constituição do sujeito

Yves de La Taille

## Resenha

Escrevia Camus que só há um problema filosófico realmente sério: o suicídio. *Julgar que a vida vale, ou não vale, a pena ser vivida*, afirmava ele, é responder à questão fundamental da Filosofia.

E qual seria, então, o problema psicológico realmente sério? Eu responderia: a solidão. Debruçar-se sobre ela é o que faz cotidianamente o psicólogo, seja para entender como o homem entra nela, seja para estudar como sai dela.

De fato, procurar compreender como alguém chegou a repressar seus pensamentos entre as estreitas margens do desconforto, do sentimento de fracasso, da doença mental — a fim de ajudá-lo no desnovelamento de seus problemas — é procurar compreender como este alguém está lutando silenciosamente contra o sofrimento, contra o que é incomunicável e intransferível. E, reciprocamente, pode-se dizer também que a tarefa retórica da Psicologia relaciona-se, embora pelo avesso, com a questão da solidão: refletir sobre a constituição do sujeito psicológico é, em grande parte, refletir sobre a socialização deste; é refletir sobre o papel de outrem na elevação de sua natureza biológica, solitária por definição, ao patamar histórico da comunidade na qual o acaso o fez nascer. Dois símbolos fortes e extremos apresentam-se ao saber psicológico: *o autista e o menino lobo*. Todo homem está, de maneira mais ou menos confortável, instalado ou oscilando entre esses dois pólos.

E estou aqui justamente para seduzi-los e convidá-los ao solitário prazer da leitura de um romance imbuído de ensolarada solidão: *Sexta-feira ou os limbos do Pacífico*, (DIFEL, 249p.) escrito por um dos autores franceses mais importantes da atualidade, Michel Tournier. Tanto pela sua beleza literária quanto pelo alcance das observações nele contidas, esse texto de Tournier é, acredito, leitura deliciosa e edificante para nós, psicólogos. Além do mais, seu protagonista certamente já habitou os devaneios de muitos: Robinson Crusóe, esse Grande Solitário do qual as crianças, misteriosamente, se apoderaram...



Outro Robinson Crusóe? Sim!

Como nasceu a personagem?

Em 1719, Daniel Defoe teve a genial idéia de transformar em romance a aventura (real) do marinheiro Sil Kirk que permanecera 4 anos e 4 meses numa ilha deserta. É provável, no entanto, que Defoe não esperasse o enorme sucesso de sua personagem e, sobretudo, que não imaginasse que ela criaria vida própria, eclipsando o nome de seu autor, tornando-se imagem universal. Escreve Tournier em outro texto: *Tem-se a impressão que cada geração sentiu a necessidade de falar de si, de se reconhecer para melhor se conhecer através dessa história. Robinson cessou rapidamente de ser herói de romance para se tornar uma personagem mitológica.*

Não obstante a decisiva importância de Robinson Crusóe como mito para nossos "tempos modernos", a espessura psicológica dada a ele por Defoe deixa a desejar. Como todos lembram, sua aventura é antes uma lição de coragem, técnica, religiosidade e moral do que a aventura de um homem em carne e osso. A personagem de Defoe tem a indole

de um super-homem, pois é construída sobre alguns invariantes que resistem ao curso da história de vida pessoal, permitindo-lhe permanecer idêntica a ela mesma. O Robinson de Defoe sofre e vence a solidão, mas não é modificado por ela!

Ora, é esse o grave erro — para a dimensão psicológica — que Tournier vai corrigir. Ele vai aproveitar o extraordinário argumento legado por Defoe assim como respeitar a estrutura básica do romance (ilha hospitaleira, preciosos objetos resgatados do navio naufragado, chegada de Sexta-feira etc.), mas vai construir uma personagem muito mais rica, nuanceada, sexuada, e fazê-la metamorfosear-se em função da ausência de outrem e em função do contato com a natureza selvagem da Ilha e de Sexta-feira. *Sigo com uma horrível fascinação*, escreve Robinson em seu "log-book", *o processo de desumanização cujo inexorável trabalho sinto em mim.*

No fim do romance de Defoe, um navio aborá a ilha 27 anos depois. Seus tripulantes encontram um Robinson intacto e feliz de poder voltar à Inglaterra. No romance de Tournier, o mesmo episódio é narrado.

Mas, que Robinson encontram os marinheiros?

Não pretendo estragar o prazer da leitura de *Sexta-feira*, fornecendo a resposta. Todavia, posso adiantar que a desumanização de Robinson não é apenas um processo de desespero e destruição. Tal processo, sem dúvida, acontece: *Robinson sabia agora que o homem é semelhante a esses feridos de um tumulto ou de um motim, que permanecem de pé enquanto a multidão os sustenta comprimindo-os, mas que caem no chão quando ela se dispersa. A multidão de seus irmãos, que o entretera no humano sem que ele se desse conta, afastara-se bruscamente, e ele sentia não ter a força de permanecer sozinho sobre suas pernas.* No entanto, o processo de desumanização é também, e sobretudo, um surpreendente e poético trabalho de *reconstrução afetiva e cognitiva*, no qual a Ilha desempenha o papel ativo de um interlocutor. E embora o romance não seja (felizmente) um *romance-tese*, mas sim uma aventura humana na qual o autor, com a liberdade de intuição, pergunta-se sobre os efeitos da solidão. São possíveis várias leituras psicológicas, quer do ponto de vista psicanalítico (como o propõe Deleuze através do conceito de perversão), quer do ponto de vista construtivista (por exemplo, a idéia de *centração* sugerida por essa tomada de consciência de Robinson: *No começo, por um automatismo inconsciente, eu projetava observadores possíveis (...) Minha visão da ilha está (agora) reduzida a ela mesma. Em todos os lugares onde não estou, reina uma noite insondável.*

*É o equilíbrio da evidência e do lirismo*, escrevia ainda Camus, *que somente pode nos permitir o acesso, ao mesmo tempo, à emoção e à clareza.* Isto é verdade para as grandes obras como *D. Quixote*, *D. Juan* e outras. Isto é verdade também para *Robinson Crusóe*, principalmente este revisitado por Tournier.

\*\*\*

**Robinson autista ou Robinson menino lobo?... Cada manhã era, para ele, um primeiro início, o início absoluto da história do mundo.**

Yves de La Taille é professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

## Os seminários do CRP-06

Como forma de desdobramento das atividades desenvolvidas no I CONPSIC, em novembro último, o CRP-06 realizará, a partir de março próximo, uma série de Seminários que acontecerão uma vez por mês. A idéia de dar seqüência às reflexões e debates iniciados no I CONPSIC atende aos encaminhamentos feitos pelos próprios congressistas que propuseram a promoção de novos eventos para aprofundamento dos assuntos de maior relevância.

Os temas levantados para os Se-

minários dizem respeito às questões mais candentes trazidas durante o Congresso e que, devido ao limite de tempo, não tiveram suas discussões completamente esgotadas. Além disso, os Seminários significam também uma continuidade da meta proposta pela atual Gestão do CRP-06 no sentido de se pensar a Psicologia no âmbito das práticas e dos debates da profissão.

Com essa perspectiva, foram escolhidos alguns temas como: Ética na Organização; Mito, magia e Psicologia; A subjetividade nas classes

populares; A norma e o psíquico; Interfaces da profissão. Cada um destes temas procurará abarcar questões teórico-técnicas que não se restrinjam a linhas ou escolas psicológicas específicas, embora os Conferencistas possam optar por alguma delas como base de seus argumentos. A intenção destes Seminários é procurar ultrapassar tais questões específicas, para chegar a abarcar os dilemas e desafios da profissão.

Os profissionais convidados como Conferencistas foram escolhi-

dos, mas suas participações não foram confirmadas até o momento de "fechamento" desta edição e assim preferimos não divulgá-los ainda. Também o local e a data do primeiro evento não estão confirmados. Por isso, os colegas interessados em participar do 1º Seminário, cujo tema será Ética na Organização, devem entrar em contato com o CRP-06 (no final de fevereiro ou início de março). Os demais Seminários acontecerão de abril a agosto próximo e serão divulgados, com antecedência, pelo *Jornal do CRP-06*.

# Quais são os tratamentos eficazes?

Maria de Lurdes de Souza Zemel

## Palavra Aberta



Não há esquemas repressivos perfeitos que possam exterminar o uso de drogas. No Brasil (e em outros países) o forte aparato policial movido nos últimos anos já mostrou que essa estratégia de combate consegue atacar o lado objetivo do problema: o traficante e as rotas de tráfico. O aspecto menos visível — referente às causas que levam as pessoas ao consumo — não se resolve, porém, através de operações policiais de apreensões. Tanto é assim que o número de usuários cresce cada vez mais, apesar dos eficientes esforços de contenção empreendidos pelas autoridades públicas.

Não existem estatísticas oficiais e precisas que comprovem o aumento do uso; afinal, trata-se de um consumo ilegal e clandestino que, evidentemente, é pouco passível de quantificação. Todavia, existem indicações conduzindo à constatação, tais como a porcentagem dos adênticos contaminados por drogas injetáveis e o número de toxicômanos que procuram um tratamento. Então, a situação assim configurada deixa claro que para enfrentar a questão, além das ações policiais, é preciso efetivar, simultaneamente, novas propostas tanto dos meios de tratamento do usuário, como em nível de prevenção.

Em relação ao tratamento, existem, hoje, iniciativas importantes sendo encaminhadas. A mais significativa se refere ao atendimento ambulatorial oferecido por equipes

multiprofissionais em algumas instituições como o Hospital das Clínicas, Santa Casa, Escola Paulista de Medicina, entre outras. Baseado num enfoque médico-psicoterapêutico, esse modelo de tratamento tem como objetivo evitar a internação do drogado, utilizando-se do recurso nos casos de dependência física grave onde se denota a necessidade de desintoxicação. Também faz parte do trabalho a constituição, em alguns locais, de grupos psicoterápicos, tendo até grupos bem específicos, como por exemplo, o dos usuários de cocaína injetável.

Incluem-se nos métodos de tratamento os atendimentos de psicoterapia individual e familiar, comumente realizados em consultórios particulares. A terapia individual é a mais procurada, mas, dada a natureza da problemática, não é raro os profissionais indicarem terapia familiar. E a indicação acontece porque a família está muito implicada, seja em relação à origem das motivações para o uso; seja em relação ao processo de recuperação do drogado. Se diante do filho usuário os pais assumem a posição de testemunhas de acusação, a conseqüência poderá ser desastrosa, ou seja, eles estimularão ainda mais a busca da droga. Daí, para criar uma atitude adequada nos familiares frente a um fato tão mobilizador, a psicoterapia ajuda bastante. Pelo menos, as experiências observadas apontam bons resultados: na maioria das vezes há redução do consumo e até do abuso.

Embora se registrem passos positivos, as ações terapêuticas enfrentam ainda várias dificuldades. A primeira diz respeito à formulação de técnicas específicas para este tipo

de atendimento. A terapia familiar tem se mostrado como boa alternativa, no entanto, são poucos os psicoterapeutas formados nesta especialização e, também, não existem cursos regulares voltados à formação de novos especialistas na área.

Além disso, as outras técnicas de tratamento (feitas, em geral, como testagem a partir das práticas com conflitos e problemas comuns) são desenvolvidas de maneira esparsa, distribuídas por pequenos feudos, sem nenhuma coordenação. E a falta de organização das experiências realizadas — tanto nos consultórios particulares como nos serviços públicos — impede que as técnicas bem-sucedidas sejam sistematizadas e reaproveitadas por um número maior de profissionais.

Vindo ao encontro justamente dessa situação, surgiu, recentemente, no Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, um projeto de pesquisa para testar uma técnica psicoterápica voltada ao usuário da droga. O trabalho foi organizado pela Dra. Jandira Masur e consiste em treinar terapeutas na abordagem denominada "intervenção breve", muito preconizada no Canadá.

A "intervenção breve" tem a vantagem de ser uma técnica de curta duração que tem o custo baixo e não exige do profissional uma superperformance. Com estas características, o recurso se adequa bem à realidade socioeconômica brasileira, pois pode atender a uma grande demanda que, normalmente, não recorre aos ambulatoriais públicos e nem tem condições de sustentar uma psicoterapia em consultório particular.

Na esteira das necessidades relativas ao tratamento, se colocam,

Agência Folha Deryly Marques



igualmente, as existentes no nível de prevenção. Nesse aspecto a carência de novas iniciativas é maior. A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo — através do Departamento de Prevenção e Educação — desenvolve um Programa Preventivo a partir de um curso dirigido aos diretores, professores e inspetores da rede pública de ensino. Este Programa, porém, se pauta num enfoque repressivo e policial, o que não dá conta da questão.

Na verdade, as medidas de prevenção estariam mais situadas no âmbito de atuação das Secretarias de Educação e de Saúde. Ademais, num contexto social como o atual (onde tudo apela para o consumo) seria importante: abrir diálogos sobre drogas; evitar preconceitos e informações mentirosas; colocar limites claros contra o uso. Essas atitudes simples aliadas à melhoria da qualidade de vida são ainda as mais fortes armas preventivas.

**Maria de Lurdes de Souza Zemel é Psicoterapeuta Familiar e Ex-Presidenta do CONEN-Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo.**

## Um encontro dos técnicos das penitenciárias

Os técnicos dos estabelecimentos penitenciários do Estado de São Paulo, com o apoio do CRP-06, do CRAS, dos Sindicatos dos Psicólogos e dos Assistentes Sociais, promoveram, nos dias 16 e 17 de setembro de 1988, o seu 1 Encontro, que reuniu 52 inscritos e contou com a participação de 23 unidades do sistema, além de representantes de instituições como a Secretaria do Menor, Secretaria da Promoção Social, Vara dos Menores, entre outras.

A proposta da realização do evento se originou na constatação da necessidade de reunir os técnicos dos diversos estabelecimentos para a discussão das experiências e dificuldades específicas ocorridas nos diferentes locais de trabalho. Na verdade, o Encontro significou a retomada de uma prática desenvolvida até 1986, quando a COESP (Coordenadoria dos Sistemas Penitenciários do Estado de São Paulo) organizava reuniões bimestrais com todos os profissionais da área técnica. Desde esse período, com a mudança política do governo, tais oportunidades foram suspensas, decorrendo daí o distanciamento e a desmobilização do pessoal.

Assim, com o objetivo de recuperar a possibilidade de pensar a atuação técnica no sistema, a Comissão Organizadora do evento propôs o seguinte tema para debate: *O papel dos técnicos em instituições totais; Sistema Penitenciário: prática e reflexão; Realidade Profissional e perspectivas.*

A Comissão Organizadora conta que no plano geral foram discutidas as condições de trabalho no sistema. Do ponto de vista mais

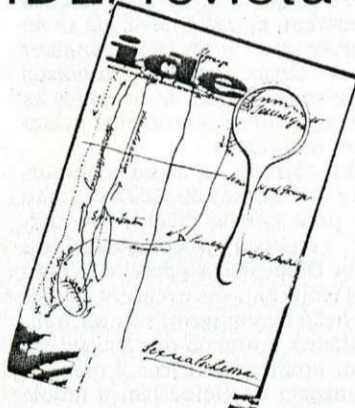
específico, a maior polêmica surgiu em relação ao laudo, que é um parecer elaborado pela equipe técnica a respeito de um sentenciado que solicita, por direito legal, uma progressão de regime (como por exemplo, transferir-se de um presídio fechado para um semiaberto).

*A questão provocou bastante controvérsia principalmente porque o Juiz (autoridade que tem competência para deferir ou não a solicitação do presidiário) se baseia muito no parecer técnico para tomar a sua decisão. E a equipe não dispõe de recursos adequados para elaborar esse laudo que, em alguns casos, é feito a partir de uma simples entrevista. Com essas circunstâncias, os profissionais técnicos carregam uma responsabilidade enorme, pois, em última instância, exige-se que eles determinem (ou adivinhem) se um indivíduo sentenciado tem ou não a possibilidade de reinserção na sociedade.*

Na opinião dos organizadores, o aspecto mais preocupante dessa realidade se refere ao fato da grande maioria dos técnicos não terem consciência do papel que lhes é imposto e, por decorrência, cumprirem a função de poder, sem se questionarem a quem estão servindo.

O evento teve a importância de reacender reflexões dessa natureza. Também foram relevantes as propostas levantadas, na ocasião, das quais se destacam: realização de um novo Encontro, ampliando a participação ao nível de todos os funcionários do Sistema Penitenciário; retomada das reuniões bimestrais dos técnicos por área; encaminhamento de discussões dos temas a serem levados à Constituinte Estadual de São Paulo.

## IDE, revista de Psicanálise



A revista *Ide*, uma publicação semestral da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, foi fundada em 1976, com o objetivo de criar oportunidade de conversa sobre a psicanálise, bem como de divulgar a vida intra-Sociedade. Até 1985, a revista circulou regularmente, mas, depois desse período, surgiram dificuldades financeiras que implicaram alterações no formato da publicação, passando a circular na forma de jornal tablóide. A crise, originalmente de natureza econômica, acabou por configurar um questionamento acerca do espaço conceitual onde a existência do projeto se revelaria necessária.

Assim, no bojo dessa discussão, em 1987, uma nova equipe assumiu a direção da revista e, a partir dessa época, começou a se planejar uma outra política de edição. O Conselho Editorial conta: "A inovação surgiu num momento de abertura, quando se constatava que parte dos problemas existentes na Sociedade de Psicanálise eram frutos do seu próprio isolamento, ou seja, a instituição estava à margem do grande debate político e acadê-

mico. Por outro lado, considerava-se também o aspecto da psicanálise ser, além de um fato clínico, um fato cultural importantíssimo da atualidade. Então, para avançar acima da situação fechada, a revista definiu como alternativa útil a ampliação da participação com o meio social."

Nessa linha, a *Ide* passou a abrir lugar para o diálogo com outras áreas de conhecimento, na perspectiva de comunicação e de uma fertilização mútua. Noutra ângulo, a publicação criou também o interesse no debate entre as diferentes correntes psicanalíticas, com o propósito de se fazerem ouvir opiniões divergentes.

Não se restringindo ao conteúdo, o Conselho Editorial enfocou reformulações na forma. Do exemplar número 14 em diante a publicação retomou o formato revista, apresentando sempre na capa a reprodução do rascunho de 1895, da correspondência de Freud com Fliess, sobre a qual foi colocada a interferência de uma lente de aumento no trecho *sexualidade e mundo externo*. Segundo a equipe, o esboço permanecerá na capa como imagem representativa dos termos previstos pelo novo projeto. A preocupação com o aspecto estético se faz presente igualmente nas páginas internas, que trouxeram, nos últimos números, ilustrações de Rita Rosenmayer e Sergio Fingerman.

Com relação à circulação, a revista ampliou o espectro de leitores abrindo a possibilidade de assinaturas e colaborações externas à Sociedade. Hoje, a publicação conta com 500 assinantes (além dos analistas da SBPSP), mas a intenção é de crescer mais. Os interessados em obter uma assinatura (ou em adquirir exemplares atrasados) devem procurar Dona Suéli, na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, pelo telefone (011) 256-3106.